

Formas de Vida e Religiosidade na Diáspora

As Esnogas ou Casas de Culto: Antuérpia, Roterdão e Hamburgo (Séculos XVI-XVII)

Florabela Veiga Frade

Bolseira de pós-doutoramento da Fundação para a Ciência e Tecnologia
Investigadora da Faculdade de Letras da Universidade do Porto
e do Institut für die Geschichte der Deutschen Juden

Desde a Idade Média que Bruges fôra o centro mercantil duma comunidade de portugueses chamada Nação Portuguesa, mas o assoreamento do porto daquela cidade e a oferta de privilégios pelos magistrados de Antuérpia atraíram os portugueses para as margens do Escalda.

O Conselho da Cidade de Antuérpia desde 1488 fazia saber às diversas nações estrangeiras de Bruges da possibilidade de se mudarem para Antuérpia mantendo os mesmos privilégios de 1411 concedidos pelo duque da Borgonha. Em 1509 já o feitor do rei português João Brandão despachava missivas de Antuérpia e em 1511 foram confirmados todos os privilégios atribuídos até aí à Nação Portuguesa. Os magistrados da cidade entregaram ao feitor português uma casa na Rua *Kipdorp* em Janeiro de 1512. Esta casa era conhecida por *Casa Schermeere*, *Huis van Portugal* ou *Tofelira* e nela se reuniram os mercadores portugueses que constituíam a Nação desde o século XVI até ao século XVIII. Contudo as reuniões também se fizeram numa casa na *Kammenstraat* e em alguns domicílios particulares, principalmente dos cônsules como o palácio *Immerseel* na *Langenieuwstraat*¹.

A comunidade portuguesa de Antuérpia albergava muitos mercadores e pessoas cuja ocupação e ofício estavam ligados ao comércio e à finança. Na sua maioria os portugueses tinham como ocupa-

¹ FLORBELA VEIGA FRADE, *As Relações Económicas e Sociais das Comunidades Sefarditas. O Trato e a Família*, Lisboa, 2006, pp. 198-212.

ção actividades ligadas ao mundo dos negócios quer como mercadores de diversos tipos² quer como alfaiates, sapateiros, lapidários, corretores, entre outros. Esta comunidade mantinha a ligação de Portugal com a Flandres e com os Países Baixos, mas garantia ainda a ligação às diversas praças e portos do Norte da Europa. A comunicação com a Europa Central, com os Estados Italianos e mesmo com o Império Turco fazia-se através daquela cidade flamenga.

O eixo de ligação Lisboa-Antuérpia³ permitia o acesso aos produtos da Rota do Cabo e aos produtos das rotas atlânticas. As mercadorias originárias em grande parte do oriente e das Américas circulavam em navios das mais diversas nacionalidades que asseguravam o escoamento à escala mundial. Os navios navegavam as rotas locais de ligação ao Mar do Norte, ao Canal da Mancha, ao Atlântico Norte, mas estas rotas estavam perfeitamente integradas e ligadas às rotas de longo curso e aos portos que garantiam a descarga e carga assim como o fluir de mercadorias. Deste modo a comunidade portuguesa de Antuérpia desempenhava um papel central no mundo dos negócios internacionais.

Mas Antuérpia não era somente importante pela posição e relevância mercantis. A cidade do Escalda funcionava também como local de abrigo de viajantes e pessoas saíam de Portugal pelas mais diversas razões. O crescimento das casas comerciais tinha como consequência directa a fixação de representantes das firmas portuguesas naquela cidade flamenga. A criação do Santo Ofício em Portugal também levou à saída ou à fuga de muitos portugueses que queriam escapar às suas teias, fixando-se muitos deles na Flandres.

Logo após a implantação da Inquisição em Portugal os cristãos-novos portugueses beneficiaram dum salvo-conduto nos Países

² FRÉDÉRIC MAURO, *Marchands et Marchands-Banquiers Portugais au XVIIIème Siècle*, Coimbra, 1961; Jorge Borges de Macedo, “Burguesia na Época Moderna”, *Dicionário de História de Portugal*, vol. 1, Porto, 1992, pp. 397-402.

³ J. GENTIL DA SILVA, “O Eixo económico Lisboa-Antuérpia”, *Portugal e a Flandres. Visões da Europa. 1550-1680*, Lisboa, 1992, pp. 31-35; ANTÓNIO MARQUES DE ALMEIDA, *Capitais e Capitalistas no Comércio da Especiaria. O Eixo Lisboa-Antuérpia*, Lisboa, 1993, pp. 29-39.

Baixos. Este foi posteriormente posto em causa⁴ especialmente na década de 1540 quando vários portugueses desembarcaram na Zelândia e tiveram de enfrentar alguns problemas criados pelas autoridades locais⁵. Nessa altura alguns cristãos-novos, anteriormente estabelecidos ou de passagem por Antuérpia, retomaram a diáspora e fixaram-se na Zelândia apesar de em 1541 duas pessoas terem sido queimadas⁶. Mais tarde, Carlos V teve de honrar os compromissos dos seus antecessores, mas isso não o impediu de publicar dois éditos limitando o tempo de permanência dos cristãos-novos na Flandres e lembrando que os privilégios mercantis não se aplicavam a quem fosse acusado de heresia.

Pelo édito de 1540 refere-se a chegada de vários cristãos-novos portugueses a Antuérpia onde viviam como judeus e marranos secretos praticando cerimónias judaicas em suas casas⁷. Esta situação era considerada indesejável e incentivava-se a população a denunciar tais práticas para se dar início a processos contra essas pessoas que, sendo cristãs, tinham a obrigação de cumprir os preceitos da Igreja.

Um instrumento de 1544, por seu turno, descreve que os cristãos-novos oriundos de Portugal tinham fugido para Antuérpia, de onde foram mandados sair pelas autoridades. Os locais de destino dos seus périplos foram vários destacando-se a Alemanha, a Itália, Salónica e outras cidades do Império Turco⁸. Contudo, a sua dispersão teve repercussões não só na Europa, mas também a nível mundial.

É precisamente nesse ano que portugueses da Nação Portuguesa de Antuérpia pedem para as autoridades do porto de Midleburgo receberem navios da mesma, assim como as de Arramua⁹. A cidade

⁴ P. GÉNARD, *Antwerpsch Archievenblad*, II, Antuérpia, s.d., pp. 225-226.

⁵ *Id. Ib.*, pp. 227; J. A. GORIS, *Colonies Marchands*, p. 575.

⁶ H. BEEM, "Historical Aspects of the Small Jewish Communities in the Netherlands", *Studia Rosenthaliana*, vol. XV, n.º 1, 1981, p. 101.

⁷ P. GÉNARD, *Op. cit.*, pp. 224-225.

⁸ *Id. Ib.*; FLORBELA VEIGA FRADE, *Op. cit.*, p. 174.

⁹ FLORBELA VEIGA FRADE, *Op. cit.*, pp. 397-398.

de Midleburgo fica na Zelândia constituindo um território do antigo ducado da Borgonha, mas subsistem dúvidas quanto à identificação de Arramua, embora possa conjecturar-se ser a cidade de Amesterdão, na província da Holanda pertencente também ao ducado borgonhês herdado pelos Habsburgos.

A busca de alternativas à cidade do Escalda ou de comunidades que ligadas em rede se tornassem nós importantes no comércio internacional tornou-se, assim, uma das grandes preocupações dos mercadores e da Nação Portuguesa de Antuérpia. Por conseguinte, grupos mais ou menos extensos fixaram-se por períodos de duração variável em diversas cidades mantendo os contactos com Antuérpia e com Portugal. Grande número estabeleceu-se na Holanda, especialmente em Roterdão e Haia embora nem sempre por via de Amesterdão¹⁰, outro importante local de destino. No entanto, muitos outros dirigiram-se por terra até às cidades italianas ou atravessaram os mares chegando aos mais variados portos.

Na análise dos motivos que determinaram a saída de portugueses da Flandres há ainda que ter em conta os aliciamentos feitos por autoridades de outras cidades e países para atraírem os mercadores portugueses. Exemplos disso são as diligências mandadas fazer em 1536 e 1544 por Francisco I de França¹¹ ou as que em 1538 foram tentadas pelo duque de Ferrara¹². Ambos ofereceram à nação portuguesa de Antuérpia condições para esta se instalar nos seus territórios. A importância dos conhecimentos e das capacidades empreendedoras dos portugueses são dessa forma reconhecidos.

Por seu lado, o duque de Ferrara ofereceu inclusivamente a possibilidade de poderem manter a sua religião, fosse cristã ou judaica, e garantiu por salvo-conduto o sigilo a todos aqueles que pudessem ser considerados infiéis afirmando a igualdade no tratamento dispensado a todos os seus vassalos.

¹⁰ H. BEEM, *Op. cit.*, pp. 101-105.

¹¹ ANTT, *Feitoria de Antuérpia*, Cx. III (de maços ou Cx. 9), Mç. 4, n.º 4; *idem*, Mç. B, n.º 1.

¹² STADSARCHIEF ANTWERPEN, *Vierschaar*, 316, Processo contra cristãos-novos.

A saída de Antuérpia foi determinada por diversos factores e não se limitaram aos motivos religiosos e às dificuldades económicas. Vicissitudes como os conflitos sociais, políticos e militares impediam a livre circulação de pessoas e mercadorias. Os movimentos militares entre os finais da década de 1560 e 1590 tiveram um grande peso, na tomada de decisão em sair, principalmente a Fúria Espanhola que, inserida no contexto da Guerra dos Oitenta Anos, contribuiu em grande medida para a instabilidade da região, para a fuga e para morte da população. Neste contexto, a Nação Portuguesa chegou a ponderar voltar para Bruges¹³ caso as condições não se alterassem pois os seus privilégios, os seus negócios e a vida dos seus membros estavam em causa.

Por conseguinte, os portugueses fixaram-se por períodos mais ou menos prolongados em outras cidades. Colónia, entre 1586 e 1592, foi um dos locais de refúgio temporário para um importante grupo de pessoas que anteriormente escolhera Antuérpia como local de residência¹⁴. Neste caso encontram-se famílias como as encabeçadas por Simão Rodrigues de Évora, Nicolau Rodrigues, Rodrigo da Veiga de Évora, Diogo Rodrigues de Andrade, Manuel Ximenes, Duarte Ximenes, Fernão Ximenes e por fim Diogo Teixeira.

Para além daquela cidade, e quando as tropas do duque de Alba ocuparam Antuérpia, um grupo considerável dirigiu-se a Amesterdão e Roterdão¹⁵, dando nelas início a novas comunidades sefarditas.

As casas de culto em Antuérpia

A vida religiosa dos cristãos-novos portugueses tem sido motivo de diversas discussões e tentativas de classificação. As suas práticas desafiam a nossa mentalidade cartesiana e racional, pois se por um lado são cristãos, por outro mantêm práticas judaicas ou judaizantes à revelia de qualquer autoridade rabínica.

¹³ ANTT, *Feitoria de Antuérpia*, livro 2, fls. 73 v.-74.

¹⁴ *Id. Ib.*, *passim* livro 2 e 5.

¹⁵ ADRIANO RODRIGUES, *Porto, de Kustbewoners van Noord-Portugal en Vlaanderen*, 1996, p. 7.

A Nação Portuguesa de Antuérpia era composta exclusivamente por praticantes da religião católica, os seus membros seguiam os mandamentos da Igreja e beneficiavam de suas prerrogativas, fossem cristãos-novos ou cristãos-velhos. No entanto, em 1564 Filipe II numa carta a Margarida de Parma fala duma sinagoga em Antuérpia e de portugueses circuncidados¹⁶. Vários portugueses possuíam livros em hebraico, fomentavam e patrocinavam a impressão de livros nesta língua, tinham calendários das festas judaicas, livros de orações e salmos considerados essenciais à prática do Judaísmo. Estes livros eram manuseados por diversas pessoas e circulavam pela comunidade mais ou menos clandestinamente.

Os indícios de práticas religiosas que não se coadunam com o Cristianismo assumem outras proporções quando se verifica que os portugueses com este tipo de religiosidade são na sua esmagadora maioria, ou na quase totalidade, descendentes de judeus portugueses e espanhóis que em determinada ocasião se baptizaram.

As diversas posturas contra as heresias em Antuérpia, o forte controlo religioso e as fontes inquisitoriais ibéricas identificam ou indiciam a existência de cristãos cujas práticas religiosas se podem classificar – numa linguagem inquisitorial – como judaizantes, pelo menos durante os séculos XVI e XVII.

As práticas religiosas dos cristãos-novos de Antuérpia foram relatadas por Baltazar da Veiga em 1644 na Inquisição de Goa¹⁷, reportando-se a acontecimentos que tiveram lugar a partir de 1613, após a saída de Portugal daquele mercador sefardita que aproveitou

¹⁶ CHARLES VERLINDEN, “La Place des Portugais dans la vie Sociale d’Anvers aux XVIe et XVIIe Siècles”, Sep. *Actas do Colóquio sobre a Presença de Portugal no Mundo*, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1982, p. 159.

¹⁷ ANTT, *Inquisição de Lisboa*, Proc. 15086. Agradece-se a referência deste processo a Sandra Neves Silva. Trata-se duma compilação de processos da Inquisição de Goa referida por diversos autores. Depois de verificar que as informações constantes nestes documentos não se encontravam disponíveis na base de dados de índices da Torre do Tombo e de ter feito uma informação escrita, foi-me comunicado que o documento pertencia à série *Culpas de Judaísmo da Inquisição de Lisboa, Livro 979*. Contudo, esta cota foi mais tarde corrigida para Livro 981 e posteriormente para 982.

o perdão geral, muito provavelmente o de 1605. O contratador de Lisboa, Baltazar da Veiga, a sua mãe Isabel Gomes e a irmã Maria Baptista da Veiga, casada com João de Dobro, natural de Burgos, deixaram a capital portuguesa para se dirigirem à Flandres.

Em Antuérpia, Baltazar da Veiga ficou em casa de João de Cáceres ou Cárceres e de Maria da Costa, e com os seus filhos Gaspar da Costa, Manuel da Costa e Rodrigo de Cáceres, todos cristãos-novos mercadores de diamantes. A casa desta família é descrita como sendo local de reunião dos cristãos-novos, onde rezavam e tinham outras práticas religiosas.

Entre os denunciados por Baltazar da Veiga¹⁸ com costumes judaizantes em Antuérpia contam-se João de Cárceres, Maria da Costa, Gaspar da Costa, Manuel da Costa, Rodrigo de Cárceres, Isabel Gomes, Maria Baptista, Maria Duarte, Ana ou Margarida Soares, Filipa sua filha, Henrique Álvares e sua mulher Maria da Costa, filha da anterior, estes últimos mercadores de diamantes.

De acordo com o processo de Afonso Manhos¹⁹, Baltazar da Veiga era natural do paço do Lumiar e era contratador de ofício. Depois de ter estado em Antuérpia e Roterdão foi para Goa onde era casado com D. Maria da Silva sendo preso com 47 anos de idade em 1644. Desde os primeiros tempos na Índia que Baltazar da Veiga, Bartolomeu Sanches e os meios-irmãos Manuel Dias da Silva e Rui Lopes da Silva se reuniam para rezarem em conjunto. Manuel Dias da Silva era quem iniciava as práticas e orientava os restantes participantes nas reuniões em sua casa onde assistiam também Francisco Gomes Homem, um cristão-novo natural de Lisboa, contratador e lapidário com casa em Goa e seu irmão Gabriel Gomes Homem.

Em Goa também foi preso em 1633 Manuel da Costa Cáceres, natural de Lisboa²⁰ filho dos anteriormente mencionados João de

¹⁸ ANTT, *Inquisição de Lisboa*, Proc. 15086, n.º 1.

¹⁹ *Id. Ib.*, n.º 6.

²⁰ *Id. Ib.*, n.º 10.

Cáceres e Maria da Costa em cuja casa se reuniam os cristãos-novos de Antuérpia. Manuel era lapidário e à data da sua prisão tinha 27 ou 28 anos, mas desde os 8 anos que tinha sido instruído na Lei de Moisés quando ainda estava no Brabante. Os seus irmãos residiam em locais diversos: Grácia da Costa casada com Henrique Álvares morava em Paris na Rua de S. Lázaro onde ambos eram mercadores de pedraria; António da Costa era também lapidário e estava em Constantinopla; e por fim Rodrigo de Cáceres vivia em Paris com a sua esposa Ester Rodrigues de Paiva.

Outro irmão de Manuel da Costa de Cáceres era Gaspar da Costa ou Gaspar da Costa de Cáceres, lapidário, casado com Ana Manuel. De acordo com o processo de Manuel viviam em Lisboa, mas pelo processo de Gaspar²¹ conclui-se que viviam em Goa de onde se ausentaram para Vicholim em terra de mouros quando Manuel foi preso, acabando Gaspar por se apresentar à Inquisição e ser reconciliado com a Igreja. O seu processo data de Setembro de 1633 e nele se relata que desde os 8 anos que praticava a Lei de Moisés com seus ritos e cerimónias. Gaspar da Costa de Cáceres foi preso também em 1633 em Goa quando tinha 36 anos.

Gaspar descreve a sua saída de Portugal logo após o Perdão Geral, relata também que a família chegou a Antuérpia em 1607 altura em que começaram a praticar jejuns apontando os dias em que caíam. As suas práticas religiosas incluíam rezar os Salmos por uns livros em castelhano que tinham, o cumprimento de todas as cerimónias judaicas e regras dietéticas, assim como a guarda do Sábado. Em Antuérpia os seus amigos e conhecidos eram os irmãos Manuel Rodrigues Veiga e Simão da Veiga que viviam de esmolas, Henrique Álvares, Luís Vaz e o irmão Fernão Nunes naturais de Lisboa; os seus primos Fernão Martins e Constantino de Albuquerque. Todos se tinham declarado judeus chegando em 1621 a celebrar a Páscoa das Cabanas em Setembro pois em Antuérpia não havia Inquisição.

²¹ *Id. Ib.*, n.º 11.

Manuel da Costa de Cáceres no seu processo de Goa indica ainda outros participantes nas reuniões em casa dos seus pais em Antuérpia. Entre eles contam-se os seus primos, filhos de Manuel Martins Cardoso e Catarina de Luna, que moravam em Amesterdão e se chamavam Fernão Martins, Constantino de Albuquerque e Francisco Martins. Para além deles refere ainda Rui Gomes da Costa, que vivia em Hamburgo de sua fazenda, e os seus filhos Diogo Gomes casado com Guiomar Cardoso moradores em Amesterdão, Francisco Gomes, irmão do anterior, casado com Violante de Castro também moradores em Amesterdão e a irmã Violante da Costa e seu marido Baltazar Pinhel corrector que viveram em Amesterdão e Hamburgo. Os seus livros eram em língua castelhana e alguns deles tinham livros em hebraico²² o que pressupõe uma formação mais aprofundada da cultura judaica.

Era também em casa de João de Cáceres e Maria da Costa que iam os mercadores de Amesterdão Duarte Fernandes e Francisco Fernandes seu filho; Luís Vaz, filho de Gaspar Gomes e Catarina Vaz, lapidário e corrector casado em Amesterdão com Judite. Da Holanda também vinham ter com os seus pais Catarina Vaz, viúva de Gaspar Nunes, e seu filho Fernão Nunes que era solteiro e lapidário.

Segundo o relato de Manuel da Costa de Cáceres os seus tios de Amesterdão, Manuel Martins Cardoso e Catarina de Luna tentaram persuadir os seus pais a mudarem-se para a Holanda onde podiam ir livremente à sinagoga e beneficiar do apoio espiritual de sacerdotes, mas seu pai nunca o quis fazer.

Conforme Gaspar da Costa de Cáceres refere²³ existia em Antuérpia uma outra casa onde os seus pais e irmãos se reuniam, faziam jejuns e guardavam a Páscoa. Era a das irmãs Violante da Veiga e de Joana da Veiga. Nessa casa estavam também os filhos das Veiga que eram todos solteiros, nomeadamente Manuel Rodrigues

²² *Id. Ib.*, n.º 10.

²³ *Id. Ib.*, n.º 11.

que vivia de sua fazenda e Simão da Veiga escrevente (provavelmente o anteriormente mencionado como vivendo de esmolas); Daniel da Veiga, lapidário; Inês da Veiga; Filipa da Veiga casada com o flamengo Daniel Gilhon em Paris; Isabel da Veiga; Clara da Veiga; e Fernão da Silva. Nestas ocasiões quem lia os livros em pé, sentados e ajoelhados com os rostos por terra era Manuel Rodrigues e Maria da Costa, sua mãe. Rezavam então o Senia (provavelmente o Shemá) e o Amida que começavam em hebraico e continuavam em castelhano. Na Páscoa comiam pão ázimo e na Páscoa das Cabanas iam para as hortas e jardins onde comiam juntos.

Ainda segundo as sessões de interrogatório a Gaspar da Costa de Cáceres, sua mãe Maria da Costa também ia a outras casas para fazer os jejuns, nomeadamente a casa de Hortênsia Rodrigues, viúva de João Rodrigues Peres onde praticavam os jejuns com os filhos de Hortênsia, Rodrigo Peres e Jerónimo Peres que provavelmente estavam em Paris. Para além disso ia a casa de Catarina Dias e filhas, Branca da Costa e Isabel da Costa, onde também faziam os jejuns.

A casa de Diogo Lourenço e Sara da Costa, que viviam da corretagem de câmbios²⁴, na *Langenieumstraat* em Antuérpia era outro sítio de reunião. Os filhos de ambos, Francisco Lourenço e Vicente da Costa eram cristãos-novos de Lamego sendo o primeiro estudante e o outro corretor de câmbios. Com eles se juntava Manuel da Costa de Cáceres na rua, em casa de Catarina Dias ou na casa de Diogo Lourenço. O referido casal, os filhos, Catarina Dias e as suas filhas Isabel da Costa e Branca da Costa que viviam de fazer rendas, para além de Manuel da Costa de Cáceres faziam os jejuns. Tanto Catarina Dias como Sara da Costa mandavam vir da Holanda carne de animais que eram mortos de acordo com os preceitos judaicos.

Ou seja, João de Cáceres e Maria da Costa reuniam em sua casa diversos cristãos-novos e iam a casa de outros partilhando com eles a sua religiosidade e as práticas religiosas, mantendo vivos determinados ritos e cerimónias.

²⁴ *Id. Ib.*, n.º 10.

Os primos de Manuel da Costa de Cáceres que viviam em Amesterdão eram circuncidados – de acordo com as suas declarações perante os inquisidores – mas também o era ele próprio e os seus irmãos, assim como os homens da família Gomes que viviam em Amesterdão e Hamburgo, Duarte Fernandes, Francisco Fernandes e Luís Vaz. Todos passaram por uma das principais cerimónias judaicas, o *Brit Milah*, assumindo a sua identidade judaica e frequentando as sinagogas na Holanda. Para além destes, Manuel da Costa de Cáceres na sua sessão de interrogatório de 27 de Agosto de 1633 indica ainda o lapidário João Vaz Pimentel, filho de Bento Vaz de Évora, que vivia em Amesterdão e lhe dissera ser também circuncidado quando o encontrara numa estalagem por volta de 1627 em Antuérpia²⁵.

João Vaz Pimentel era irmão de Luís Vaz Pimentel, ambos filhos de Bento Vaz de Évora e Isabel Fernandes ou Isabel Vaz de Leão²⁶. Tanto o pai²⁷ como o irmão²⁸ possuem processos na Inquisição de Lisboa pelos quais se pode reconstituir a vida da sua família e daqueles que lhes eram mais próximos.

Depois de Bento Vaz de Évora ter falecido, António Mendes enviou Pêro da Fonseca castelhano natural de Camora para acompanhar os irmãos Pimentel até Madrid. A autorização para a sua saída foi conseguida por Heitor Mendes em Lisboa. De Madrid Luís Vaz Pimentel e João Vaz Pimentel foram com suas três irmãs a Ruão, onde casaram uma delas com um filho de Jerónimo Mendes, o dito António Mendes.

João e Luís Vaz Pimentel depois de terem estado em França, em casa do cunhado, dirigiram-se a Antuérpia a casa de João de Cáceres

²⁵ *Id. Ib.*

²⁶ ANTT, *Inquisição de Lisboa*, Proc. 2305; HERMAN PRINS SALOMON, “The Case of Luís Vaz Pimentel”, *Studia Rosenthaliana*, 31, n.º 1e 2, 1997, p. 15. Exemplar amavelmente enviado por Julie-Marthe Coen a pedido de Herman Salomon, a ambos o agradecimento da autora.

²⁷ ANTT, *Inquisição de Lisboa*, Proc. 12748.

²⁸ ANTT, *Inquisição de Lisboa*, Proc. 2305.

e Maria da Costa onde João ficou a aprender o ofício de lapidário com Rodrigo da Costa²⁹ filho dos anteriores, e que tinham esnoga em casa, como se referiu acima. Mais tarde, Manuel Vaz Pimentel, casado com Leonor de Solis, tio materno ou primo de João e Luís, recomendou o primeiro aos seus parentes de Amesterdão, Gomes Lopes.

A irmã, viúva, Bárbara Pimentel que acompanhara os irmãos até Ruão é motivo duma missiva entre António Faleiro, que se encontrava em Antuérpia, e Luís Vaz Pimentel³⁰. Luís Vaz é advertido de que sua irmã deve ser aconselhada. Bárbara teima em persistir no que é considerado erro pois aparentemente recusou converter-se. Tudo leva a crer que António Faleiro, um dos futuros dirigentes judaicos de Hamburgo, incentivou Luís Vaz Pimentel a convencer a sua irmã Bárbara a converter-se ao Judaísmo.

Talvez depois de tentar solucionar o problema familiar Luís Vaz Pimentel dirigiu-se a Roterdão onde se tornou companheiro de Nuno de Oliveira numa viagem a Antuérpia, voltando depois a Roterdão para embarcar num navio que se dirigia à Península Ibérica.

Posteriormente, João e Luís Vaz Pimentel mantiveram contactos com Antuérpia e costumavam deslocar-se com relativa frequência àquela cidade. Mas se, por um lado, as necessidades dos seus negócios determinavam a frequência das suas visitas, por outro, isso teve repercussões nas suas práticas religiosas e nas do seu círculo de amigos e conhecidos que partilhavam a sua forma de viver a Lei de Moisés.

De acordo com Manuel da Costa de Cáceres³¹ por volta de 1617 João Vaz Pimentel, cristão-novo, solteiro e lapidário em Amesterdão, esteve hospedado em Antuérpia encontrando-se então com

²⁹ *Id. Ib.*, Testemunho de 17 de Dezembro de 1612 de Luís Vaz Pimentel.

³⁰ *Id. Ib.* Carta apensa ao processo e em anexo a este texto; HERMAN PRINS SALOMON, *Op. cit.*, pp. 29-30.

³¹ ANTT, *Inquisição de Lisboa*, Proc. 15086, n.º 10.

Manuel. Nessa altura disse-lhe ser circuncidado e que vivia na Lei de Moisés.

Por seu turno Luís Vaz Pimentel³², irmão do anterior e filho de Bento Vaz de Évora, ia muitas vezes a Antuérpia. Era já então viúvo de Grácia Rodrigues e nas várias ocasiões em que ia a Antuérpia frequentava a casa de João de Cáceres e Maria da Costa onde jejuava com eles aos quais se juntavam Grácia Costa e Fernão Martins.

Os irmãos Pimentel também conheciam em Antuérpia, Simão Rodrigues de Évora, Luís Álvares, Nicolau da Veiga (parente dos Veigas de Lisboa), Filipe Jorge, Duarte Lourenço e André de Azevedo – natural de Viana com um irmão em Madrid e parentes em Lisboa.

Os dois irmãos fixaram residência em Amesterdão onde viviam como judeus. João Vaz Pimentel era Jacob Israel e Luís Vaz Pimentel era Elias Israel³³, embora também seja referido como Jesu Israel numa das sessões de interrogatório na Inquisição de Lisboa.

As esnogas e casas de culto em Roterdão

A cidade portuária de Roterdão era frequentada por navios e pessoas vindos de muitos portos dedicados ao comércio de longa distância. A presença de mercadores portugueses garantia o acesso à Rota do Cabo e às rotas que ligavam o continente europeu às Américas. Não é portanto de estranhar, naquela e noutras cidades, que comunidades mercantis se formassem e se desenvolvessem em torno do seu porto.

Em 26 de Agosto de 1610 as autoridades da cidade de Roterdão oficializaram e patrocinaram a presença de portugueses naquela cidade. Para o efeito, foram asseguradas várias condições entre elas

³² Luís Vaz Pimentel não deve portanto ser confundido com Luís Vaz também morador em Amesterdão filho de Gaspar Gomes e Catarina Vaz, casado com Judite (ver ANTT, *Inquisição de Lisboa*, Proc. 15086, n.º 10).

³³ ANTT, *Inquisição de Lisboa*, Proc. 2305. Carta de 6 de Outubro de 1612 de Afonso Rodrigues apensa ao processo.

a liberdade religiosa que possibilitava a observância do Sábado, das cerimónias e das festas judaicas. Concedeu-se também o direito à compra dum terreno para servir de cemitério e também desde logo ficou definido que assim que o número de judeus portugueses ascendesse a 30 famílias estariam autorizados a construir uma sinagoga ou a remodelar um edifício existente³⁴ que servisse para a prática do culto.

As condições de privilégio dos judeus portugueses em Roterdão mantiveram-se até 14 de Setembro de 1612 altura em que seis chefes de família foram informados pelas autoridades da cidade sobre a impossibilidade de manutenção de tal situação. Os portugueses que provavelmente representavam a comunidade sefardita foram Manuel Rodrigues Veiga, Lopo Sanches, Daniel Silon, António Toscano e Francisco Lunicentis³⁵. Contudo, alguns autores referem que um terreno foi disponibilizado para cemitério judaico por Grácia Rodrigues Veiga³⁶, irmã de Manuel Rodrigues Veiga, entre 1612 e 1613 embora haja dúvidas quanto às fontes que sustentam tal acto e época³⁷.

A comunidade judaica de Roterdão passou portanto à clandestinidade a partir de 1612, seguindo comportamentos religiosos que se tornavam cada vez mais comuns na Europa cristã e aos quais estavam habituados os cristãos-novos na Península Ibérica e em Antuérpia.

Em Roterdão, no ano de 1613, Luís Vaz Pimentel natural de Lisboa e Nuno de Oliveira nascido em Vila Viçosa³⁸ conheceram Manuel Rodrigues Veiga, de Antuérpia, e Lopo Sanches, de Lisboa. De acordo com os testemunhos dos dois viajantes, a casa de Lopo Sanches tinha um sótão onde apenas existiam uns bancos. Neste

³⁴ HERMAN PRINS SALOMON, *Op. cit.*, p. 20, n. 32.

³⁵ *Id. Ib.*

³⁶ RICHARD AYOUN, *Séfarades d'Hier et d'aujourd'hui*, Paris, 1992, pp. 164-167.

³⁷ HERMAN PRINS SALOMON, *Op. cit.*, p. 20, n. 32.

³⁸ ANTT, *Inquisição de Lisboa*, Proc. 2305. O depoimento de Nuno de Oliveira consta como prova e testemunho contra Luís Vaz Pimentel. Não foi encontrado o processo da Inquisição de Évora referente a Nuno de Oliveira.

local reuniam-se os cristãos-novos para rezar por uns livros em castelhano, designadamente os Salmos de David e as Orações de Moisés. No sótão de Lopo Sanches rezava-se pela manhã e à tarde, chegando a ser encomendada em Veneza a “Lei que Deus dera a Moisés”, em pergaminho, para ter naquela casa.

Mais tarde, em 1645, Manuel da Mota que tinha estado em viagem pela Suécia, Alemanha e Holanda denunciou no Tribunal do Santo Ofício que João Viegas tinha uma sinagoga em sua casa na cidade de Roterdão³⁹. Mas, desta casa não existem outras informações, tal como não se conhecem as fontes que levaram autores a indicarem a casa de David Namias como uma esnoga⁴⁰.

Luís Vaz Pimentel descreve⁴¹ a casa no sótão de Lopo Sanches onde várias pessoas se reuniam. Neste espaço estava uma mesa sem toalhas, um armário levadiço posto no meio da casa que continha um pergaminho enrolado escrito em letras hebraicas. Lopo Sanches dissera aos frequentadores que ali se encontrava a Lei de Moisés. Nesta casa iam rezar de manhã e à tarde durante mais ou menos uma hora os cristãos-novos de Roterdão ou que lá se encontravam. Umhas vezes rezavam sentados, outras em pé tendo sempre os chapéus postos, as suas orações duravam cerca duma hora mais ou menos.

De acordo com os testemunhos de Luís Vaz Pimentel e Nuno de Oliveira foi na casa de Manuel Rodrigues Veiga que ambos foram circuncidados depois de terem sido convencidos por Manuel, Lopo Sanches e Diogo Gomes (que era natural de Lisboa).

Nuno de Oliveira descreve em pormenor a cerimónia de circuncisão do seu amigo Luís Vaz Pimentel, o primeiro a realizar o *Brit Milah*. Depois de se sentar numa cadeira baixa desatou os calções, nessa altura Manuel Rodrigues Veiga tomou o seu membro genital e

³⁹ ANTT, *Inquisição de Lisboa*, Livro 226, fl. 398 v.; PEDRO DE AZEVEDO, “O Bocarro Francês e os Judeus de Cochim e Hamburgo”, *Arquivo Histórico Português*, vol. VIII, Lisboa, 1910, p. 196.

⁴⁰ HERMAN PRINS SALOMON, *Op. cit.*, p. 20, n. 32.

⁴¹ ANTT, *Inquisição de Lisboa*, Proc. 2305. Interrogatório de 31 de Dezembro de 1612.

deu um golpe na película do prepúcio pronunciando umas palavras a modo de oração. De seguida atou um paninho de linho, também chamado holanda, imbuído num líquido amarelo. Seguiu-se o mesmo procedimento em relação a Nuno de Oliveira.

A circuncisão de Luís Vaz de Pimentel foi relatada mais tarde pelo próprio à Inquisição de Lisboa, pelo que há duas versões do mesmo acontecimento. No interrogatório de 17 de Dezembro de 1612 disse que Manuel Rodrigues Veiga e outros três portugueses incluindo Diogo Gomes Duarte o circuncidaram à força estando ele dormindo, por isso apresentou queixa às autoridades da cidade. Mas no interrogatório de 31 do mesmo mês e ano Luís Vaz Pimentel fez um relato semelhante ao do seu amigo Nuno de Oliveira. Desta vez disse que Manuel Rodrigues Veiga e Lopo Sanches lhes perguntaram se se queriam circuncidar ao que ambos assentiram. Tal como Nuno dissera no seu testemunho Luís foi o primeiro a sentar-se e a ser circuncidado por Manuel que o cortou e sangrou atando de seguida um pano ao mesmo tempo que proferia umas palavras em hebraico, nessa altura deu-lhe o nome de Jesu Israel. Por seu turno, Nuno de Oliveira ficou com o nome Mardocai Israel.

O nome Jesu Israel é algo invulgar, parecendo até irónico, tendo em conta que se trata dum cristão-novo aparentemente (re)convertido ao Judaísmo. Contudo, no mesmo processo é atribuído a Luís Vaz Pimentel o nome de Elias Israel por uma carta apensa e que parece ter dado origem à prisão. Esta missiva data de 6 de Outubro de 1612. Foi escrita por Afonso Rodrigues e dirigida ao Dr. António Dias Cardoso⁴², deputado do Conselho Geral, sendo posteriormente entregue por este último ao promotor do Santo Ofício, que por sua vez deu início ao processo e prisão de Luís Vaz Pimentel.

No ano de 1612 Nuno tinha estado em Amesterdão onde foi convencido a seguir a Lei de Moisés por Matias Rodrigues, um mercador que lhe ensinou o ofício de lapidário, por Jorge Vaz, que devia

⁴² ANTT, *Inquisição de Lisboa*, Proc. 2305. Carta em relativo mau estado, a margem direita encontra-se rasgada.

ser castelhano, e por Jorge Nunes que tinha estado preso na Inquisição de Lisboa e era natural de Montemor-o-Novo. Durante o tempo em que esteve na casa de Matias, durante cerca de três meses, iam a uma casa separada onde apenas estavam três ou quatro bancos para se encomendarem a Deus. Nessas ocasiões liam por uns livros em castelhano dizendo-lhe os participantes serem os Salmos do rei David e as orações que fizera Moisés. Mais tarde, Matias Rodrigues ofereceu a Nuno de Oliveira um livro com os salmos e orações que trazia sempre consigo, levando-os depois para Portugal. O livro foi confiscado pelos oficiais do Santo Ofício de Évora quando foi preso em Vila Viçosa na casa dum parente também chamado Nuno Oliveira.

O mesmo género de reuniões para rezar faziam-se similarmente em casa do Dr. Jorge Nunes em Amesterdão quando Nuno de Oliveira lá esteve hospedado por causa duma doença. Depois da sua convalescença Nuno de Oliveira resolveu voltar a Portugal, dirigindo-se então para Roterdão onde se tornou companheiro de Luís Vaz Pimentel.

Em Roterdão as reuniões e rezas eram feitas em casa de Lopo Sanches onde se juntavam várias pessoas. Mencione-se Jorge Nunes um cristão-novo que diziam ser de Lisboa. Este sabia as orações de cor e era casado com uma portuguesa, morava em Amesterdão embora tivesse estado muito tempo no Brasil. Por outro lado, Diogo Nunes, natural de Serpa, também fazia parte do grupo de pessoas que reunia na casa de Lopo Sanches e, acompanhado do primeiro, juntaram-se a Nuno de Oliveira e Luís Vaz Pimentel na viagem de retorno à Península, ficando Jorge Nunes em San Lúcar enquanto os restantes seguiram para Lisboa.

Para além dos referidos homens contam-se ainda entre os que rezavam na casa de Lopo Sanches: Diogo Gomes Duarte, cristão-novo natural de Lisboa casado com uma portuguesa; Afonso Gomes; Rodrigo Afonso; e Duarte Fernandes Veiga, irmão de Manuel Rodrigues Veiga. Nuns dias específicos, provavelmente durante

o *Shabat*, Luís Vaz Pimentel desenrolava o pergaminho, abria-o e mostrava-o às pessoas, pois Lopo Sanches assim o mandava fazer.

Baltazar da Veiga quando visitou Roterdão em 1613 deu conta da existência duma sinagoga junto à praça da fruta⁴³, mas pouco mais acrescenta sobre a mesma afirmando que não a visitou porque os seus conterrâneos tinham pouca confiança nele, pois quando voltasse a Portugal podia denunciar tudo na Inquisição. Aponta apenas que os seus anfitriões Diogo Gomes, *o Torto*, seu irmão Lopo Gomes e seus parentes Rui Gomes e Fernão Gomes o incentivaram a continuar na Lei de Moisés.

Curiosamente Baltazar da Veiga refere-se a Roterdão como uma cidade onde havia liberdade de consciência ao contrário do que sucedia em Antuérpia onde as reuniões em casa de Maria da Costa eram em segredo.

Na casa dos Gomes em Roterdão Baltazar participou numa reunião em que um dos meninos, filho de Diogo Gomes, ficou de pé com o chapéu estando os restantes sentados e cobertos. O rapaz pronunciou algumas frases que Baltazar não entendeu e não distinguiu se eram em flamengo ou hebraico.

Mas quem eram as principais figuras na comunidade de Roterdão?

Lopo Sanches, natural da freguesia de S. Nicolau em Lisboa era filho de Bartolomeu Sanches que vivia na mesma cidade de Lisboa e irmão de António Sanches, mercador, que vivia a S. Francisco. Luís Vaz Pimentel refere que Lopo Sanches tinha um filho em Lisboa e que aquele tencionava ir a Lisboa buscá-lo num navio que tinha fretado para o efeito a um flamengo que identifica como Capitão Roberto. Lopo Sanches tinha cerca de 40 anos, estatura mediana, magro, muito branco e barba ruiva que lhe dava pelo peito⁴⁴.

Lopo Sanches era muito provavelmente filho de Bartolomeu

⁴³ ANTT, *Inquisição de Lisboa*, Proc. 15086, n.º 1.

⁴⁴ ANTT, *Inquisição de Lisboa*, Proc. 2305; HERMAN PRINS SALOMON, *Op. Cit.*, p. 16.

Sanches que em 1565 foi arrolado com fins fiscais em Lisboa, sendo os seus bens avaliados em 200.000 réis. Vivia na freguesia de S. Nicolau, no Terreiro de S. Nicolau nas casas do Almirante⁴⁵.

O apelido Sanches está ligado a uma família de Amesterdão os Fernandes e Rodrigues Veiga⁴⁶. Gaspar Sanches era casado com Grácia Rodrigues Veiga, filha de Luís Fernandes que foi cônsul da Nação Portuguesa de Antuérpia e irmã de Manuel Rodrigues Veiga o primeiro burguês de Amesterdão⁴⁷. Contudo não é possível determinar se Gaspar Sanches e Lopo Sanches eram parentes ou não.

Manuel Rodrigues Veiga, mencionado como circuncidador em Roterdão por Nuno de Oliveira e Luís Vaz Pimentel, era filho de Luís Fernandes, natural de Lisboa. Tinha nascido em Antuérpia, era casado mas a sua esposa estava em Itália, e era irmão de Duarte Fernandes Veiga⁴⁸. O que leva a concluir ser Manuel Rodrigues Veiga de Amesterdão o mesmo de Roterdão, estando assim ligado por laços familiares aos Sanches, já que era cunhado de Gaspar Sanches.

A família Fernandes e Rodrigues Veiga é uma das mais importantes de Amesterdão, tendo adoptado o apelido Touro, provavelmente em homenagem à *Tora*.

Algumas das características comuns aos cristãos-novos que circulavam entre as diversas comunidades sefarditas do mundo era a comunicação da sua ligação à lei de Moisés, a celebração de festas e cerimónias judaicas, o transporte de notícias, livros e missivas.

Luís Vaz Pimentel tinha consigo cartas de Jorge Nunes para seus parentes reunidas num maço que devia ser entregue a Gabriel Ribeiro, um contratador que vivia ao Ver-o-Peso em Lisboa⁴⁹. Para

⁴⁵ ANTÓNIO BORGES COELHO, *Quadros Para Uma Viagem a Portugal no Século XVI*, Lisboa, 1986, pp. 358-359.

⁴⁶ FLORBELA VEIGA FRADE, *Op. Cit.*, p. 405 (genealogia).

⁴⁷ DANIEL SWETSCHINSKI, *The Portuguese Jewish Merchants of the Seventeenth-Century Amsterdam*, vol. 1, Ann Arbor-Michigan, 1987, pp. 154, 159.

⁴⁸ ANTT, *Inquisição de Lisboa*, Proc. 2305. Testemunho de 31/12/1612 de Luís Vaz Pimentel; HERMAN PRINS SALOMON, *Op. Cit.*, p. 20.

⁴⁹ ANTT, *Inquisição de Lisboa*, Proc. 2305. Testemunho de Nuno de Oliveira.

além destas missivas trazia também cartas que lhe entregara o flamengo Gaspar Neumão para Manuel Rodrigues de Olivença que Luís entregou na Rua das Arcas, mas na altura em que foi preso também lhe foram apreendidos outros papéis e cartas para além dum memorial⁵⁰. O destino destes é desconhecido.

Baltazar da Veiga tal como Luís Vaz Pimentel quando voltou a Lisboa levou consigo cartas para entregar a cristãos-novos⁵¹. As cartas que Baltazar transportou destinavam-se a Jerónimo Henrique da Veiga, cristão-novo casado com Maria de Oliveira, que vivia em Santa Justa e eram parentes de Diogo Gomes. Por sua vez, Maria de Oliveira era irmã de Jorge Fernandes de Oliveira, um contratador rico morador às Pedras Negras.

As Esnogas de Hamburgo

A informação mais antiga do primeiro estabelecimento de portugueses em Hamburgo data de aproximadamente 1577, de acordo com Alfonso Cassuto foi nessa altura que o embaixador da Alemanha na Turquia se refere a uma comunidade, se não judaica pelo menos portuguesa. Estes dados são corroborados por uma carta de Filipe II ao vice-rei da Índia⁵². Contudo pouco se sabe destes primeiros portugueses em Hamburgo pois as referências remetem para um grupo de extensão desconhecida que se fixou naquela cidade alemã cujos costumes religiosos eram inusuais.

As suas práticas religiosas começaram a despertar o interesse por parte da população hamburguesa, tanto que na Assembleia de Burgueses daquela cidade, em 1604, foi discutido o au-

⁵⁰ *Id. Ib.* Testemunho de 17/12/1612 de Luís Vaz Pimentel; HERMAN PRINS SALOMON, *Op. Cit.*, p. 16.

⁵¹ ANTT, *Inquisição de Lisboa*, Proc. 15086, n.º 1.

⁵² ALFONSO CASSUTO, *Elementos para a História dos Judeus Portugueses de Hamburgo*, s.l., s.d., p. 5.

mento considerável desta comunidade de portugueses e a necessidade de a submeter a um inquérito⁵³ para apurar do seu comportamento religioso.

A Assembleia de Burgueses de Hamburgo autorizou parcialmente o culto judaico só em 1650, abrindo-se então o caminho para que daí a dois anos se fundasse a *Bet Israel*, a comunidade que reuniu as três comunidades até aí existentes: a *Keter Torá*, *Talmud Torá* e *Neve Shalom*, provavelmente lideradas apenas por um rabino. Contudo, e seguindo ainda as informações de Alfonso Cassuto⁵⁴, sabe-se da construção de algumas sinagogas por volta de 1610 e que existia um *babam* desde 1611 chamado Rodrigo de Merchena ou Abraão Cohen de Herrera. Ou seja, existia em Hamburgo uma relativa tolerância face a práticas judaicas embora formalmente fossem rejeitadas.

A 31 de Maio de 1611 os três representantes da nação Portuguesa compraram um terreno destinado a cemitério em Altona. Trata-se de André Faleiro ou Abraão Aboab, Rui Fernando Cardoso ou David Aboab e Álvaro Dinis ou Samuel Jachia⁵⁵.

Os portugueses pediram inclusivamente licença oficial para o estabelecimento das suas instituições comunais e em 1612 foi apresentada uma lista ao Senado constituída por 125 nomes. Dela faziam parte Henrique de Lima, Diogo Soares, Gonçalo Lopes Coutinho, Francisco Gomes, João Francisco Brandão, Afonso Peres, Lopo Nunes, António Saraiva, Rui Gomes da Costa, António de Azevedo, André Fernando Cardoso, André de Castro, Francisco da Costa de Oliveira, António Faleiro, Luís Gomes Barbosa, José Mendes, Diogo Álvares de Vargas, Miguel Rodrigo Vale, entre outros⁵⁶.

Provavelmente esta lista integrava todos os chefes de família portugueses residentes em Hamburgo justificando-se desse modo, e

⁵³ ALFONSO CASSUTO, *Elementos...*, p. 5; *idem*, *Gedenkschrift der Portugiesisch-Jüdischen Gemeinde in Hamburg*, Amsterdão, 1927, pp. 3-4.

⁵⁴ ALFONSO CASSUTO, *Elementos...*, pp. 8-10.

⁵⁵ *Id. Ib.*, pp. 9-10.

⁵⁶ *Id. Ib.*, pp. 7-8.

perante as autoridades locais, que a comunidade já atingira uma dimensão razoável. É precisamente de 1612 o contrato de dezassete artigos entre o Senado e os portugueses reconhecendo o primeiro aos segundos o direito de residirem na cidade de Hamburgo por cinco anos. Por volta dessa altura os representantes da cidade pediram aos teólogos das universidades de Jena e de Frankfurt pareceres sobre a presença de judeus na cidade⁵⁷. A elaboração da lista, o contrato com o Senado e o pedido de pareceres sobre a presença de judeus indicia uma aceitação e tolerância não formalizada, mas em vias de o ser, por parte das autoridades hamburguesas.

Neste contrato com o Senado, cuja contrapartida eram mil marcos, introduziram-se restrições na prática do culto judaico por parte da comunidade portuguesa, pois não podiam ter sinagogas, nem celebrar cerimónias religiosas publicamente. As circuncisões eram igualmente proibidas nos limites da cidade de Hamburgo e os judeus portugueses deviam abster-se de participar em qualquer polémica relativa às religiões cristãs, tal como do proselitismo. Para além disso, os enterros podiam continuar a ser feitos em Altona. Ou seja, as autoridades hamburguesas reconheceram uma comunidade judaica, mas exigia-se-lhe privacidade e discrição no culto⁵⁸.

Em 1612, Luís Vaz Pimentel visitou Hamburgo e quando, mais tarde, foi preso em Lisboa denunciou alguns portugueses com práticas judaizantes⁵⁹ que lá tinha visto. Entre os denunciados conta-se o seu tio, ou primo segundo por parte da mãe, Manuel Vaz Pimentel casado com Leonor de Solis natural de Antuérpia; Álvaro Dinis, que parece ter nascido em Veneza, morou em Lisboa e era casado com uma filha de Henrique Dias de Milão; Luís Fernandes Cardoso um português com mais de 70 anos; Henrique de Lima casado e com cerca de 35 anos; Francisco Gomes com cerca de 25 anos, filho

⁵⁷ ALFONSO CASSUTO, *Gedenkschrift...*, p. 4; ARON LEONI e HERMAN SALOMON, “La Nation Portugaise de Hambourg en 1617”, *Études sur le Marranisme, L'hétérodoxie Juive et Spinoza*, Paris, 2001, p. 264.

⁵⁸ ALFONSO CASSUTO, *Gedenkschrift...*, p. 7; Aron Leoni e Herman Salomon, *Op. Cit.*, pp. 264-265.

de Rui Gomes da Costa, que morara em Lisboa à Porta do Mar, e era casado com uma filha de Luís Rodrigues de Castro, tendo falecido em Hamburgo; Pedro de Palácios cristão-novo solteiro, filho de Manuel de Palácios, morador em Lisboa. Todos estes homens se reuniam para rezar juntos e fazer cerimónias, contudo não se menciona onde o faziam. Luís Vaz Pimentel reunia-se também em casa de Francisco Gomes e de Pedro de Palácios onde rezava, ora com um, ora com outro, por um livro de orações judaicas em castelhano.

As esnogas de Hamburgo que antecederam a *Bet Israel* de 1652 são de difícil localização já que as informações que existem são parcelares, descontínuas no tempo e por vezes contraditórias.

Segundo o testemunho de 1619 de Heitor Mendes Bravo, por volta de 1618 existiam em Hamburgo três sinagogas em três casas particulares, nomeadamente na de Rodrigo Pires Brandão, uma outra na de Rui Fernandes Cardoso e outra ainda na residência de Álvaro Dinis⁶⁰. Esta última é também referida como sendo uma das três sinagogas de Hamburgo por Alfonso Cassuto⁶¹.

Rodrigo (ou Rui) Peres (ou Pires) Brandão era também conhecido pelo nome Dirich Petersen e por Isaac Oeb, filho de Abraão Oeb e dedicava-se ao comércio de diamantes⁶². Para além da sua actividade e de receber em sua casa cristãos-novos para celebrarem cerimónias judaicas pouco mais se sabe da sua vida. Isto a acreditar no depoimento de Heitor Mendes Bravo.

Rui Fernandes Cardoso ou Eliau Aboab Cardoso foi um dos primeiros importadores de açúcar em Hamburgo, era cunhado de Rodrigo de Castro e foi um dos compradores do terreno de Altona⁶³.

⁵⁹ ANTT, *Inquisição de Lisboa*, Proc. 2305. Testemunho de 31/12/1612 de Luís Vaz Pimentel.

⁶⁰ ANTÓNIO BORGES COELHO, *Inquisição de Évora*, vol. 1, 1987, p. 426; MICHAEL STUDEMUND-HALÉVY, *Biographisches Lexikon der Hamburger Sefarden*, Hamburgo, 2000, p. 32; ARON LEONI e HERMAN SALOMON, *Op. Cit.*, p. 266; ANTT, *Inquisição de Lisboa*, Proc. 12493.

⁶¹ ALFONSO CASSUTO, *Elementos...*, p. 12.

⁶² MICHAEL STUDEMUND-HALÉVY, *Op. Cit.*, pp. 715-716

⁶³ *Id. Ib.*, p. 211.

Aponta-se ainda David Aboab⁶⁴, André Fernandes Cardoso e provavelmente Jerónimo Rodrigues Cardoso como outros nomes adoptados por Rui Fernandes Cardoso ao longo da sua vida. Era irmão de Gonçalo Cardoso, tendo como principal actividade o comércio de açúcar⁶⁵. Contudo, existem dúvidas se todos estes nomes correspondiam à mesma ou a pessoas diferentes.

De acordo com Miguel de Barrios ou Daniel Levi de Barrios existiam três comunidades que agregavam os cristãos-novos de Hamburgo. *Talmud Tora*, fundada por Eliau ou Elias Aboab Cardoso; *Keter Tora* por Abraão Aboab Faleiro e os Milanos; e *Neve Shalom* por Moisés de Lima. Entretanto, Isaac Atias foi rabino de *Talmud Tora* e o seu sucessor Abraão da Fonseca assumiu simultaneamente esta comunidade e a de *Keter Tora*. *Neve Shalom* foi liderada por Moisés de Lima sucedendo-lhe David Coen de Lara⁶⁶.

Deste modo, e a acreditar em Barrios, a esnoga da Rua Dreckwall, e de que se tratará mais à frente, pode ser a comunidade *Keter Tora* fundada por António Faleiro e que detinha a Lei conjuntamente com os Milano. A esnoga de Duarte de Lima indicia ser a *Neve Shalom* cujo líder era Moisés de Lima, pai de Duarte de Lima. Por último a esnoga de Jerónimo Rodrigues Cardoso parece ser a sucessora da chefiada por Rui Fernandes Cardoso conhecida como *Talmud Tora*.

Em 1619 Moisés Sevicário, judeu natural de Salónica convertido ao catolicismo, testemunhou na Inquisição de Lisboa sobre cristãos-novos que tinham práticas judaizantes fora de Portugal. Este indica a existência duma sinagoga em Hamburgo anterior a 1618 em casa de António Faleiro⁶⁷, confirma-se deste modo as informações dadas por Miguel de Barrios.

⁶⁴ ALFONSO CASSUTO, *Elementos...*, pp. 7-8, 9-10.

⁶⁵ MICHAEL STUEDEMUND-HALÉVY, *Op. Cit.*, p. 209.

⁶⁶ ARON LEONI e HERMAN SALOMON, *Op. Cit.*, pp. 267, 292-293 (doc. III).

⁶⁷ ANTT, *Inquisição de Lisboa*, Proc. 13013 (André Faleiro). Testemunho de Moisés Sevicário.

António Faleiro ou Abraão Aboab era filho de Manuel Teixeira e de Francisca de Solis, era irmão de André Faleiro ou Jacob Aboab. Casou com Ana Dinis, filha de Filipe Dinis⁶⁸ que fôra cônsul da Nação Portuguesa de Antuérpia em 1576 em parceria com Nicolau Rodrigues⁶⁹.

Mas outras informações indicam ainda a existência dum local de reunião em casa de Duarte Estêves de Pina ou Isaac de Milano⁷⁰, na Rua Dreckwall. O autor desta denúncia feita à Inquisição de Lisboa em 1639 foi D. Diogo de Lima que se converteu ao cristianismo fornecendo aos inquisidores todo um manancial de informações referentes às pessoas e suas práticas na cidade de Hamburgo. A existência duma sinagoga na casa de Duarte Estêves Pina na Rua Dreckwall é confirmada por João Aiques também em 1639 em Lisboa⁷¹. De acordo com este testemunho Duarte Estêves de Pina tinha cerca de 50 anos e na sua casa na dita rua reuniam-se várias pessoas três vezes por dia para rezar.

A esnoga da Rua Dreckwall funcionou pelo menos nos primeiros anos da década de 1630, no entanto existe um documento do Arquivo Histórico Nacional que indica estar activa por volta de 1625 assim como outras três sinagogas. De acordo com estas informações uma das sinagogas ficava em casa de Inês de Solis viúva de Duarte Estêves de Pina, outra em casa de Duarte de Lima, outra em casa de Jerónimo Rodrigues Cardoso e por fim uma sinagoga chamada *A Maior*⁷². Estes dados constam num dos livros da inquisição castelhana e levantam algumas dúvidas pois sabe-se que por volta de 1631 Duarte Estêves de Pina ainda era vivo, tendo falecido em 1644

⁶⁸ *Id. Ib.*; PEDRO DE AZEVEDO, *Op. Cit.*, p. 195.

⁶⁹ FLORBELA VEIGA FRADE, *Op. Cit.*, pp. 355, 403 (genealogia).

⁷⁰ PEDRO DE AZEVEDO, *Op. Cit.*, p. 191. Denúncia de D. Diogo de Lima in *Caderno do Promotor* 18, fl. 421.

⁷¹ PEDRO DE AZEVEDO, *Op. Cit.*, p. 191. Testemunho de João Aique in *Caderno do Promotor* 18, fl. 428 v.

⁷² MICHAEL STUEDEMUND-HALÉVY, *Op. Cit.*, p. 638.

em Hamburgo⁷³, portanto Inês de Solis não podia ser viúva em 1625, a não ser que se trate de homónimos.

Duarte ou David de Lima era filho de Henrique de Lima, tal como Sansão de Lima, Elias de Lima⁷⁴ e Diogo ou Joaquim de Lima. O pai, Henrique de Lima ou Moisés de Lima foi de Lisboa para Hamburgo e era casado com uma irmã de Álvaro Dinis, Débora ou Brites de Lima. Mas informações de Miguel de Barros remetem para a possibilidade da casa dos Lima ser onde se reunia a comunidade de *Neve Shalom* até que David Coen de Lara passou a presidir à comunidade⁷⁵. Fica no entanto a dúvida se era na casa de Henrique ou na de Duarte de Lima que se reunia a comunidade judaica.

Entre os irmãos de Duarte de Lima conta-se Rodrigo de Andrade ou Sansão de Lima e Diogo de Lima que quando chegou a Portugal se converteu ao Cristianismo em Lisboa.

Por volta de 1631 em Hamburgo para além das esnogas referidas existia uma outra que se chamava dos Castro⁷⁶. Esta casa de culto é mencionada no testemunho de Salvador das Neves que faz parte do processo de Henrique de Lima, do de Rodrigo de Andrade e do de Diogo Nunes Veiga. Nesta sinagoga dos Castro teve lugar o casamento de Grácia Zacuto com Paulo Rodrigues.

A família Castro era encabeçada por Rodrigo de Castro. Este médico nasceu em Lisboa mas cedo se mudou para Hamburgo onde prestou grandes serviços durante a peste que em 1595 assolou a cidade; escreveu *De Universa Mulierum Morbuorum Medicina* (1603, 1628, 1662), *Medicus Politicus* (1614, 1662) e *Tractatus de Peste* (1614), todas estas obras publicadas em Hamburgo. Foi médico do soberano de Hessen, do rei da Dinamarca, do bispo de Bremen e do

⁷³ *Id. Ib.*, p. 638.

⁷⁴ *Id. Ib.*, p. 558.

⁷⁵ *Id. Ib.*, p. 561; ARON LEONI e HERMAN SALOMON, *Op. Cit.*, p. 274.

⁷⁶ ANTT, *Inquisição de Lisboa*, Proc. 3922 (Henrique de Lima); *idem*, Proc. 12212 (Rodrigo de Andrade); *idem*, Proc. 7193 (Diogo Nunes Veiga).

duque de Holstein. O seu filho Dr. André de Castro (Daniel Namias) foi médico do rei da Dinamarca e o outro Dr. Bento de Castro (Baruch Namias) foi médico da rainha Cristina da Suécia, ambos foram várias vezes *parnas* da comunidade judaica de Hamburgo⁷⁷. Muito provavelmente era esta a família que liderava a Sinagoga Grande ou Maior de Hamburgo conforme é mencionada no documento do Arquivo Histórico, já referido.

No final da década de 1630 um membro da família Lima, fundadora duma das esnogas de Hamburgo, a *Neve Shalom*, foi para Lisboa. Diogo de Lima converteu-se ao Cristianismo tornando-se a principal fonte do Santo Ofício para o conhecimento das práticas e das pessoas que faziam parte da comunidade sefardita de Hamburgo. Por volta de 1639 testemunhou⁷⁸ que era na casa de Diogo Nunes Veiga que se procedia à circuncisão menciona isso a propósito dum frade que chegado a Hamburgo se fez circuncidar na dita casa: o homem era um Solis irmão do que foi queimado pela Inquisição.

Em 1644 D. Diogo de Lima delatou muitas pessoas de Hamburgo que sendo baptizadas professavam a Lei de Moisés⁷⁹. Denunciou que os portugueses de Hamburgo se circuncidavam, iam às sinagogas e usavam *thalit* e *tefilim*, diziam as orações *Shemá* e *Amidab*. Entre os atraíoados nesta altura contam-se os seguintes:

António Lopes Pinto, contratador então com cerca de 40 anos de boa estatura, barba castanha, casado cujo nome judaico era Abraão Cohen.

Francisco Vaz de Castro, contratador, que “lhe parece natural de Lamego”, de 30 anos, alto, alvo de rosto conhecido pelo nome judaico de Jacob Atias.

Manuel Henriques, corretor, chamado Jacob Coen.

⁷⁷ ALFONSO CASSUTO, *Elementos...*, pp. 10-11, 19; *idem*, *Gedenkschrift...*, pp. 8-9; MICHAEL STUEMUND-HALÉVY, *Op. Cit.*, pp. 678-684.

⁷⁸ ANTT, *Inquisição de Lisboa*, Livro 220, fls. 1-14 v. Testemunho de 3 de Setembro de 1639 de D. Diogo de Lima inserido na denúncia do licenciado Feliciano Dourado.

⁷⁹ ANTT, *Inquisição de Lisboa*, Livro 226, fls. 260-263.

Francisco de Andrade ou Jacob Israel, contratador rico, alto e grosso, natural de Lisboa, de barba castanha, parente de D. Diogo de Lima.

Gabriel Lopes contratador que tem o mesmo nome judaico, provavelmente natural do Porto.

Gonçalo Cardoso contratador, parente do sobredito, natural de Lisboa e se chama Abraão Aboab.

Diogo de Paz contratador do Porto, de 30-35 anos que se chama Isaac Salom.

Pêro Rodrigues de Morais, corretor natural de Lisboa de mais de 50 anos que se chama Jacob Machorro.

António de Azevedo, contratador natural do Porto chamado Samuel de Azevedo.

Carlos Francisco, contratador natural de Lisboa, parente de Heitor Mendes, que se chama David Coen.

Fernão Lopes, contratador de 55 anos, chamado Jacob Lopes.

Miguel Romes, contratador natural do Porto cunhado de Francisco Bravo contratador de Lisboa, chama-se Isaac Romes.

Manuel de Pina, que vive de caixeiro e de escrever a particulares de 35 anos, preto de rosto, alto, de nome judeu Uzua de Pina.

Simão Gomes de Paz, contratador, natural de Viana, de cerca de 60 anos, chama-se Jacob Salom.

Gonçalo Lopes Coutinho contratador casado com uma irmã de Álvaro de Azevedo morador em Lisboa, por nome judeu Jacob Coronel.

António da Silveira contratador baixo e refeito que se chama Mossé da Silveira.

João Gomes Cardoso, contratador, irmão de Gonçalo Cardoso que se chama Osua (Josua) Aboab.

Duarte Estêves Pina contratador de Lisboa que tem uma irmã casada com Miguel Romes, chama-se Isaac Milano.

Duarte Rodrigues, natural de Lisboa onde foi fanqueiro e se chama David Fidanque, parente de Gaspar Freire mercador de sedas

defunto nos cárceres do Santo Ofício, tem dois filhos que se chamam Abraão e Jacob Fidanque, são corretores como o pai.

Duarte Álvares de Lisboa, filho de Diogo Álvares fanqueiro, corretor sobrinho de Duarte Rodrigues e se chama David de Vargas.

Luís Álvares irmão do sobredito, mercador que se chama Daniel de Vargas.

Álvaro Dinis sobrinho segundo do pai de D. Diogo de Lima, vive de sua fazenda, parece ser natural de Braga e morador em Gluckstat, chama-se Samuel Hyac.

Paulo de Milão contratador filho de Henrique Dias de Milão que foi queimado pela Inquisição e se chama Daniel Abensur.

António Dias Milão, irmão do sobredito, que se chama Josua ou Osua Abensur.

António Faleiro contratador rico que foi de Lisboa, chama-se Abraão Aboab.

André Faleiro, irmão do anterior, chama-se Jacob Aboab e ambos passaram de Hamburgo para Veneza.

Fernão Dias de Brito contratador, natural de Lisboa, neto de Heitor Mendes, filho de uma filha, e se chama David Abendana.

Fernão Nunes, contratador, natural de Lisboa que foi caixeiro do pai de D. Diogo de Lima, que se chama Isaac Cabeção.

Gabriel Gomes, natural do Porto, contratador que se chama Gabriel ou Samuel de Cáceres.

Diogo Soares corretor que também se passou para Veneza e se chama David Jessurum.

Manuel Henriques, médico que se chama David Peregrino.

O doutor Bocarro, médico natural de Lisboa que se chama Jacob Bocarro.

A avaliar pelos denunciados na Inquisição os membros da comunidade sefardita de Hamburgo contava com alguns dos mais ilustres homens do seu tempo.

ANEXOS

ANTT, Inquisição de Lisboa, proc. 2305 (Luís Vaz Pimentel)

Carta apensa ao processo de Luís Vaz Pimentel. Esta missiva datada de 26 de Abril de 1612 da cidade de Antuérpia é de António Faleiro dirigida a Luís Vaz Pimentel em Ruão. Nela se dá conta da obstinação de Bárbara Pimentel apelando-se a Luís para que aconselhe a irmã.

Em Enves a 26 de Abril de 1612

Ho estado da Senhora vossa irmã, Barbera Pimintel nos tem a todos tão magoados que com palavras não saberia representa-lo, e deyxando a partte atrebuir-se-vos a vos toda a culpa, sem embargo das pouquas razões que alegæs na vossa que resebi de 16 deste, como tãobem a impossibilidade que repretentæs de sua reformação, para que de mim se parte faça por serviço de Deos .s. ho que puder lhe escrevo a que com esta vai aberta para que a leaes, e a lha deis em sua mão buscando tempo para ho fazerdes antre vos e ela, e pois que a não soubestes emcaminhar como pai, pedi-lhe como filho, que abra hos olhos do entendimento, e não persevere com tão roim preposito, e permita a Deos que sera em ora, que espritte nela com Sua graça para que sua conversão lave com louvor a nod[o]a de seu erro, e desta maneira podera ela e suas irmãs ter remedio, donde pelo contrario não avera ninguém que não fuja não digo eu de sua presença mais ainda de seu nome .s. se vos parecer comonicardes esta com (...) ⁸⁰ Antonio Mendes fazei-ho aho qual vejo muitas vezes asi como tãobem ho faz a Senhora vossa irmã Meçia Pimintel, Ana Denis e [eu ⁸¹] sentimos seus achaques e pedimos a Deos lhos converta em bems e geras ⁸²./ Vossa cartta mandei a meu cunhado a Hamburgo vindo a resposta vo-la emcaminharei e ele devera responder-vos sobre a vossa mudada, e com a resposta que me derdes

⁸⁰ Poderá ser «o dr.».

⁸¹ Colocando este sujeito o texto faz mais sentido.

⁸² Faz mais sentido graças.

da resolução que toma a Senhora Barbera Pimintel, se trattara da
Senhora vossa irmã a mais moça./ E a Deos peço emcaminhe tudo
para ser melhor servido e a vos Deos guarde muitos annos

Antonio Faleiro

[Sobrescrito:]

A Luís Vaz Pemintel que Deos

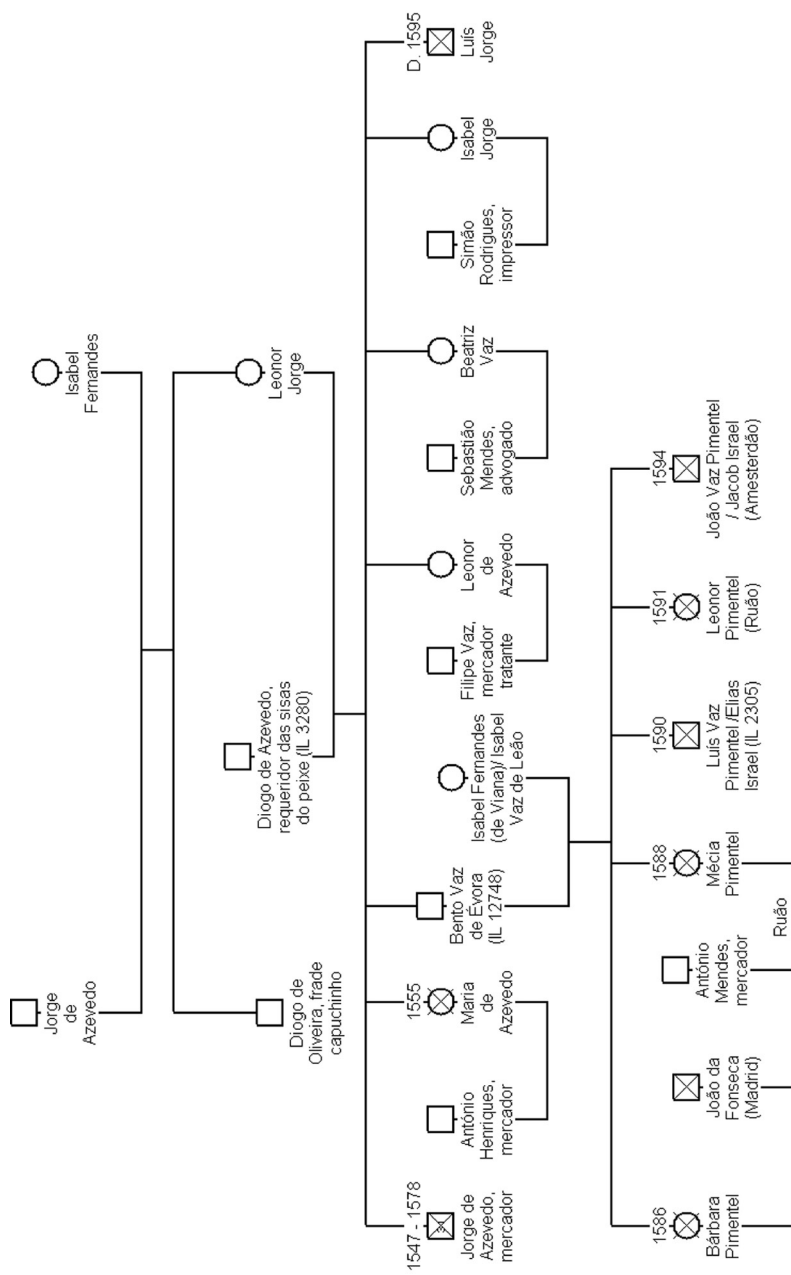
Guarde

Em

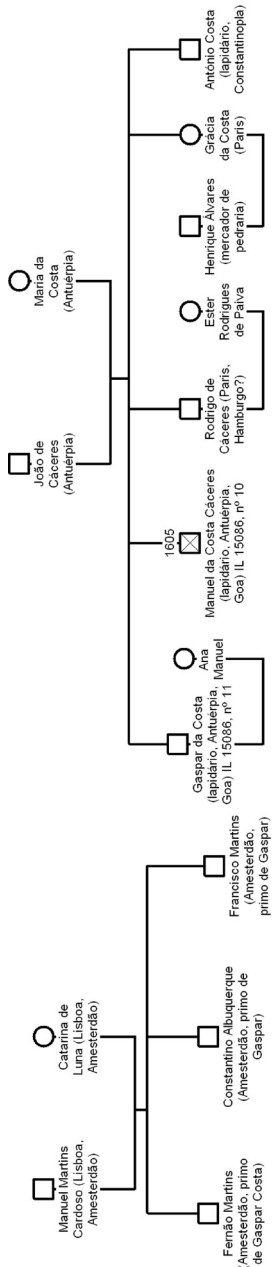
Ruão

Portes

38



Genealogia de Luis Vaz Pimentel



Genealogia da família Costa Cáceres